**MINUTA EM APRECIAÇÃO DOS CONSELHEIROS PARA APROVAÇÃO NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE MARÇO DE 2021.**

**SUJEITA A ALTERAÇÕES.**

**ATA Nº 551/2020 - REUNIÃO ORDINÁRIA POR VIDEOCONFERÊNCIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, das 19h às 21h, por videoconferência, através do link <https://us02web.zoom.us/j/81510449379?pwd=Rnl2bnFscEhmRlNOcUhsZWg5akZuQT09>, ID da reunião 815 1044 9379 e senha de acesso 689970, a assembleia foi realizada 100% online em razão das restrições impostas pelo Decreto 55.128, de 19 de março de 2020, que decretou o estado de calamidade pública no Estado do RS, e pelo Decreto Municipal nº 20.505, de 17 de março de 2020, com as alterações impostas pelo Decreto nº 20.523, de 20 de março de 2020, ambos do Município de Porto Alegre. Em consulta ao Ministério Público, a partir de 30 de outubro de 2020 (Lei n. 14.010/2020 - extinta), considerando a permanência do estado de calamidade pública as reuniões continuam sendo realizadas de forma virtual enquanto os decretos estadual e municipal estiverem em vigor. Reuniram-se 66 (sessenta e seis) participantes, sendo 36 (trinta e seis) membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, listados em anexo; Aline Carraro Portanova – Presidente da Fundação, Denilson Gonçalves de Oliveira – Vice-Presidente, Amarildo Maciel Martins – Diretor Jurídico, Danielle Barcos Nunes – Diretora Financeira, Odila Maria W. dos Santos – Diretora de Obras e Patrimônio, Luciana dos Santos Celia – Diretora de Comunicação, Márcia Elisa Valiati – Diretora Pedagógica, Rosane Dias Rodriguez – Vice-Diretora Pedagógica, Adriana Pandolfo Goytacaz – Gerente Administrativo-Financeira, Priscila Gonçalves – Coordenação de TI/Serviços, Cristiano Hamann – Psicólogo Institucional, Clara Coelho Marques, Fabiana Catalani Lisboa, Melissa de Abreu, Maria Fernanda Hennemann, Rosa Maria Limongi Ely, Hildair Garcia Camera, Ianne Ely Godoi Vieira, Taís Holosback Mariani – Equipe Técnica, Rogério Carriconde, Mirna Zinn – Associação dos Profissionais do João XXIII (APJ), Mateus Zanolla – Professor (COM), Ana Laura Passos Pretto, Stella Farias, Vitor Zanon - Grêmio Estudantil do João XXIII (GEJ), Luiza Richter – Conselho de Alunos (CA), Luana Alves – Comunicação (COM), Fernanda Vencato Radajeski – Secretaria Escolar (SE), Rosângela Arndt Gomes Dresch, Tatiana Ribeiro Teixeira – Secretaria da Fundação (SF). A Presidente leu os pontos de pauta: **1) Fala da Presidente da Fundação – informe sobre a organização das assembleias** (Capítulo III, do Regimento Interno)**; 2) Ata da Reunião do Conselho Deliberante Ordinária n. 550/2020, de 24/11/2020 - leitura e aprovação; 3) Projeto João 2023: a) Comitê do Projeto João 2023 – informe sobre a retomada do projeto e das atividades dos comitês temáticos; b) Comitê de Governança – Estatuto Social – votação da reforma estatutária. 4) Planejamento Anual do Pedagógico 2020** (Artigo 25, parágrafo único, do Regimento Interno)**: a) Calendário 2020 - finalização e projeção 2021; b) Movimentação de alunos 2021 – comparativo de rematrículas, matriculas novas e cancelamentos; c) Retorno presencial dos estudantes; d) Escola em tempo de pandemia – retrospectiva 2020 e projeção 2021; e) Projeto de Desenvolvimento: experiências internacionais – estudante Maria Clara Lisboa. 5) Assuntos Gerais. a)** **Convocação para Reunião Extraordinária do Conselho com pauta única Filantropia - Fundo de Sustentabilidade - dia 22/12/2020, início às 19h e previsão de término às 20h30min** (Anexo da Ata n. 477/14, de 09/12/2014 - Regras do Fundo para Provisão de Recurso Financeiro no caso de perda ou desistência Voluntária Da Condição De Entidade Filantrópica)**; b) Programa de Desconto Solidário nas Mensalidades de 2021 – atualização. DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA**: a Presidente, inicialmente, esclareceu que constou na convocação desta reunião a indicação da observância aos procedimentos previstos no capítulo III do Regimento Interno que, respectivamente, dizem respeito à realização das assembleias do Conselho Deliberante, quanto à organização da pauta, à forma de participação dos Conselheiros e aos tempos necessários para apresentação dos temas, falas, encaminhamentos e deliberações. Salientou foi pensando nos desafios com a comunicação como um todo, neste ano pandêmico, que se optou por trazer uma proposta alinhada com o compromisso ético e dialógico da nossa escola comunitária, utilizando de alguns dispositivos como forma de organizar melhor tanto as reuniões do Conselho como as outras reuniões também. A proposta é definir no início da reunião dois organizadores, sendo um responsável pelo controle do tempo de fala por pessoa (3min), escolhido no grande grupo, e um responsável pelo controle das inscrições através do chat, escolhido entre as Diretorias Executiva e Pedagógica e o apoio administrativo. Além desses, fica definido o Psicólogo Institucional, como mediador entre as falas e pautas. Na pauta **Ata da Reunião do Conselho Deliberante Ordinária n. 550/2020, de 24/11/2020 – leitura e aprovação**, a Presidente colocou em apreciação a Ata n. 550/2020, que foi disponibilizada previamente na área dos Conselheiros, enviada pelo e-mail e pelo WhatsApp dos Conselheiros, e como não houve manifestação submeteu à aprovação do Conselho. No momento da votação, realizada através do Chat do Zoom, estavam presentes 31 (trinta e um) Conselheiros com direito a voto. Desses, 30 (trinta) aprovaram a ata, e 1(uma) Conselheira se absteve de votar, Angélica Carvalho da Silva Armani, justificando não ter tido tempo de ler o documento enviado. Encaminhamento: a *Ata da Reunião Ordinária n. 550/2020 foi aprovada pela maioria absoluta dos votos dos Conselheiros presentes. A Presidente encaminhou uma questão de ordem para inversão na pauta, passando o item 5 – Assuntos Gerais, para antes do item 3 - Projeto João 2023, que foi aceita pelo Conselho*. Na pauta **Assuntos Gerais**, no item **Convocação para Reunião Extraordinária do Conselho com pauta única Filantropia - Fundo de Sustentabilidade**, a Presidente convocou os Conselheiros para a reunião no dia 22/12/2020, com início às 19h e previsão de término às 20h30min, para análise e deliberação do Conselho sobre a continuidade do Fundo de Sustentabilidade para Provisão de Recursos Financeiros no caso de perda ou desistência voluntária da condição de entidade Filantrópica (conforme regramento deliberado na Ata n. 477/2014, de 09/12/2014) e apresentação da proposta da Diretoria de recomposição do fundo. Destacou que para alteração desse regulamento será necessária a maioria absoluta (metade mais um do número total de conselheiros) do Conselho Deliberante. No item **Programa de Desconto Solidário nas Mensalidades de 2021 – atualização**, a Diretora Financeira, informou que o processo de inscrição no período de 08 a 15/12/2020 já recebeu 52 solicitações de desconto, sendo 21(40%) estudantes novos, desses 16 sem matrícula e 5 já matriculados, e 31(60%) estudantes atuais. Após análise da documentação foram aprovados descontos para 4(67%) estudantes novos e 2(33%) estudantes atuais, contemplando até o momento 6(12%) estudantes do total das 52 solicitações. Salientou que o excelente trabalho que está sendo realizado pelo GT de Desconto Solidário, composto pela Diretoria Executiva, pela Gerência Administrativo-Financeira, pela equipe da área Financeira, com apoio da Thielly da área de Recursos Humanos e da Secretaria Escolar. Comentou que algumas famílias que já haviam saído da Escola estão interessadas em regressar com esta possibilidade de desconto. Na pauta **Projeto João 2023**, no item **Comitê do Projeto João 2023**, a Presidente informou sobre a retomada do projeto e das atividades dos comitês temáticos aproveitando para ratificar a importância da participação dos diversos segmentos da comunidade escolar nos grupos de trabalho. Os interessados em ingressar nos comitês deverão contatar com a Secretaria da Fundação. No item **Comitê de Governança – Estatuto Social – votação da reforma estatutária**, a Presidente comentou que o Estatuto Social continua em processo de análise das alterações/sugestões indicadas pelo Ministério Público e, na sequência, passou a palavra para os membros do Comitê de Governança, que esclareceram sobre os trâmites em andamento desde a aprovação da proposta de reforma estatutária pelo Conselho em outubro de 2019. Salientaram que a Procuradoria de Fundações encaminhou nova recomendação de adequações no Estatuto em maio de 2020. Destacaram os pontos relevantes na reforma estatutária são: alteração do formato/modelo estatutário; adequação da redação; composição dos órgãos de administração do Conselho Deliberante (vedação da mesma pessoa integrar 2 órgãos da administração – Ex.: Presidência do Conselho não pode ser acumulada com a Presidência da Diretoria Executiva, tanto na gestão como nas assembleias; Conselheiros não podem acumular cargo de Conselheiro Fiscal; regulação das Comissões com órgão à serviço do Conselho e não como órgão de gestão da administração o que vedaria a participação de Conselheiros nas Comissões; regulação da suplência e da perda de mandato); adequação dos períodos de mandatos dos membros do Conselho e dos novos integrantes GEJ e CA (1 ano) e APJ (2 anos); possibilidade de reuniões virtuais ou hibridas; possibilidade de destituição da Diretoria Pedagógica e garantia dos mandatos em curso. Apresentaram o mapa proposto dos anos/séries com a duração dos mandatos: Educação Infantil – reduz para um ano – com eleição anual; 1º ano, 3º ano, 5º ano, 7º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e 2ª série do Ensino Médio – permanecem dois anos (eleição bianual) e 1ª série do Ensino Médio deixa de ter o mandato de três anos e de ter eleições, devido ao ingresso do 9º ano com mandato de dois anos. Essa proposta atende a recomendação do Ministério Público para renovação parcial anual de 50% do quadro de Conselheiros. O estudante Vitor Zanon (GEJ) comentou sobre a importância da participação e da escuta do ponto de vista dos alunos nos espaços de gestão; do protagonismo dos estudantes nas mudanças da Escola e da participação dos representantes do GEJ e do CA nas discussões do Conselho Deliberante. O Conselheiro Rafael Spieker salientou que a Escola é dos alunos e a participação deles é fundamental nos espaços de gestão. Parabenizou a todos do CA e GEJ, aqui, hoje, representados pelo Vitor, Stella e Luiza. A Presidente ratificou que uma Escola participativa se faz com as pessoas e não para as pessoas. A Conselheira Candice Gullo esclareceu que a participação dos Profissionais da Escola no Conselho Deliberante através da APJ foi uma indicação da Diretoria Executiva e de representantes do Comitê de Governança discutida e aprovada em reunião presencial com a Procuradoria de Fundações. A Conselheira Viviane Clavijo esclareceu que a APJ tem representação no Conselho com mesmo período de mandato dos Conselheiros (2 anos) e salientou que o Estatuto da Fundação não tem ingerência na escolha da representação dos 4 profissionais (2 professores e 2 funcionários, sendo 1 do apoio administrativo e 1 do apoio pedagógico). O representante da APJ, Rogério Carriconde, informou que o Estatuto da Associação dos Profissionais do João XXIII também está sendo reformulando para amparar essa participação no Conselho Deliberante e a forma de escolha desses representantes. A Presidente questionou se o Conselho se sentia à vontade em colocar em votação esses pontos apresentados pelo Comitê de Governança e caso o Ministério Público tenha alguma alteração se volta para discussão no Conselho. A Conselheira Maria Luiza Pont sugeriu que o Conselho aguarde o retorno do Ministério Público, faz os possíveis ajustes e depois se coloca o tema em votação para aprovação. Ratificou que tem interesse que o Estatuto seja aprovado o quanto antes, mas sugeriu que sejam propiciados momentos de discussões informais do Conselho com o Comitê de Governança e Diretoria Executiva para esclarecimentos de possíveis dúvidas, bem como para apropriação do conteúdo e das mudanças propostas pelo Ministério Público por parte dos Conselheiros que não participaram das discussões anteriores. Inclusive, falou sobre a importância desse tema ser debatido formalmente no Conselho, pois muitos integrantes ainda têm dúvidas e o Comitê de Governança poderia saná-las antes do encaminhamento para votação. O Psicólogo Institucional, no papel de mediador, salientou que a Conselheira Maria Luiza Pont colocou pontos importantes, primeiro ampliar esse espaço de discussão para oxigenar os debates no Conselho. A Conselheira Joice Figueiró sugeriu que seja feita uma reunião extraordinária no início de março, para votar a versão já adequada ao novo retorno do MP. A Conselheira Candice Gullo comentou sobre o risco de aprovar ou não nesta reunião as alterações que já foram adequadas e está de acordo com a opinião de que em caso de não aprovação pelo MP haverá um retrabalho e um novo encaminhamento para discussão e análise pelo Conselho em uma reunião extraordinária para aprovação do Estatuto. Aproveitou para agradecer as Conselheiras e ao pai que realizaram a leitura e a análise técnica do Estatuto: Fabiola Slongo Sviroski, Joice Pavek Figueiró, Adriana Maria Neumann e Leonardo Tricot Saldanha. Na pauta **Planejamento Anual do Pedagógico 2020** (Artigo 25, parágrafo único, do Regimento Interno), iniciou comentando sobre esse intenso movimento e espaço de diálogo em construção que tem sido muito importante para essa Escola nesse momento de incertezas e salientou que o que tem fortalecido a gestão são essas redes interativas e de construção coletiva. Salientou que é sobre isso a fala do Pedagógico hoje no Conselho. No item **Calendário 2020**, a Vice-Diretora apresentou o calendário projetado para o encerramento de 2020, com continuidade em janeiro de 2021, e o previsto para o 1º e 2º semestre do ano letivo de 2021. Informou que foram retificadas as datas de entrega de avaliação de 2020 do Núcleo da Infância – 1º ao 5º ano e do Núcleo da Juventude, de acordo com novas orientações sindicais. Salientou que esse foi um caminho construído entre família e escola. Mostrou o calendário detalhado das atividades e datas programadas já disponibilizado no site da Escola. No item **Movimentação de alunos 2021**, a Secretária Escolar apresentou ocomparativo de rematrículas, matriculas novas e cancelamentosdos últimos 3 anos(2019/2020/2021). Salientou que surpreendeu positivamente, em um ano atípico, o número de interessados (300) para 2021, através do formulário do site, desses 79 foram convertidos em matrículas novas, 49 em processo de decisão e 19 em andamento de matrícula. Foram 27 matrículas canceladas, 737 rematrículas, 155 matrículas de bolsas e 58 formandos. Apresentou o resumo dos motivos dos 27 cancelamentos 2020/2021, destacando logística (11), decisão familiar (10), financeiro (3) e discordância com plano de ação pedagógica da arquitetura de retorno (3). A Vice-Diretora salientou questões importantes que envolvem os cancelamentos e que por vezes a área Pedagógica fica sabendo apenas na informalidade, pois algumas famílias procuram seus pares para contar os motivos e as inquietações que as levam a sair da Escola. Em função disso, solicitou ao grupo de Conselheiros para que incentivem as famílias que estão pensando/optando pelo cancelamento da matrícula nesse período do ano, para que contatem o pedagógico favorecendo uma escuta e um diálogo sobre as suas inquietações para que possam ser acompanhadas/trabalhadas pela equipe técnica e diretiva da Escola e, também, trazidas essas informações para discussão dentro deste espaço de gestão e que possa ser estendido a outros espaços e segmentos da comunidade escolar essa importância de ressignificar esse conceito de valor de uma Escola comunitária reforçando essa rede de comunicação. No item **Retorno presencial dos estudantes**, a Diretora Pedagógica iniciou a apresentação da Arquitetura do Retorno: um projeto híbrido em educação. Como desafio, foi trabalhado um Projeto de Retorno Cuidadoso, facultativo e escalonado - tanto para estudantes, quanto para profissionais, com pequenos grupos de convivência estável entre estudantes e um currículo híbrido, elaborado a partir dos resultados de um trabalho coletivo de escuta, de mapeamento, de planejamento e de acompanhamento contínuo das famílias, atendendo também os protocolos estabelecidos pelos órgãos competentes. Comentou que os dados da pesquisa seriam compartilhados na reunião passada, mas não foi possível e, hoje, a área Pedagógica traz esses resultados de forma mais compacta para viabilizar uma fala maior da equipe técnica sobre esse movimento de retorno da Escola, numa perspectiva elaborada a partir de escutas e discussões com famílias, alunos e profissionais de todos segmentos da Escola, que contempla o modelo hibrido, possibilitando que os estudantes transitem tanto em vivências presenciais como continuem experienciando vivências online. Salientou que o Pedagógico está num terceiro momento de Escola, pois organizou o ano letivo em um formato presencial baseado numa projeção normal de atividades, com a pandemia em março teve que se capacitar e reinventar enquanto comunidade para migrar para uma abordagem na modalidade domiciliar online e, a partir de novembro, esse desafio de retomar num currículo hibrido com atividades presenciais e online. Apresentou os resultados gerais da pesquisa realizada com as famílias (976 estudantes), em 09/11/2020, nas respostas de intenção de retorno das famílias, 52,26% sim - retornariam tão logo a escola reabrisse; 27,87% talvez – acompanhariam as primeiras estações para decidir sobre o retorno; 19,67% não – manteriam somente atividades domiciliares e o,20% não responderam. Na semana de 30/11 a 04/12, 4ª estação, 50,10% sim – retornariam e 49,90% não – manteriam somente atividades domiciliares, mostrando de forma clara essa demanda por um retorno das atividades em formato hibrido. Apresentou e comentou, também, os dados da intenção de retorno e do retorno efetivo abertos por Núcleo da Infância – na Educação Infantil e do Ensino Fundamental anos iniciais de 1º ao 5º ano e Núcleo da Juventude – do Ensino Fundamental anos finais de 6º ano ao Ensino Médio. Salientou que todos esses desafios tem sido enfrentados de forma coletiva, mas sabe o quanto tem sido desafiador para cada criança, jovem, professores, educadores e famílias. O grande desafio da Escola foi olhar para esses tempos e condições de cada um e poder articular uma proposta voltada para uma comunidade, mas cuidando desses percursos mais singulares e personalizados. E nesse sentido que, antes de passar para equipe técnica, que traz a contribuição e a participação efetiva dos professores através do canto e da voz do Professor de Música, Mateus Zanolla, que vem representando todos esses profissionais que, neste ano, se reinventaram no jeito de ser e estar nesta profissão e que viabilizaram que essa Escola continuasse mantendo vivo o desejo por aprender e por se conectar. Fechou sua fala com um poema sobre o que é experiência de Jorge Larrosa Bondía: “*É experiência aquilo que “nos passa”, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma. Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação*.” Na sequência, o Professor de Música, Mateus Zanolla para conjugar educação e arte fez uma bela apresentação musical cantando a melodia dos Titãs “Enquanto houver sol”. Em seguida, no item **Escola em tempo de pandemia – retrospectiva 2020 e projeção 2021**, antes da apresentação da Coordenadora Pedagógica, Clara Coelho Marques, intitulada “2020/2021 – Presente e futuro entrelaçados” foi solicitado pela Conselheira Candice Gullo que fosse dado o fechamento no item de pauta **Comitê de Governança – Estatuto Social – votação da reforma estatutária**, pois ficou pendente a decisão do Conselho de colocar ou não em votação as alterações do Estatuto, nesta assembleia, antes do retorno final da reanálise do Ministério Público (MP). O parecer do Comitê de Governança foi de que a votação da reforma estatutária aguarde o retorno com as considerações do MP, a fim de evitar um novo encaminhamento ao Conselho caso ainda necessitem adequações. A Presidente encaminhou a seguinte questão de ordem: cabe ao Conselho Deliberante decidir se vota na proposta de reforma estatutária nesta assembleia ou se prefere aguardar o retorno do MP. A Conselheira Viviane Clavijo fez o registro de que caso o Conselho decida por colocar o Estatuto em votação, deve encaminhar antes da apresentação do Pedagógico, aproveitando o quórum mínimo necessário para esse fim. Destacou, se houver votação, que esta seja realizada de forma ágil e objetiva para propiciar ao Pedagógico o tempo necessário para apresentação tão esperada pelos Conselheiros. A Conselheira Maria Luiza Pont questionou sobre o motivo da urgência do encaminhamento à votação antes do retorno da análise do MP. Salientou a importância de propiciar ao Conselho mais tempo para discutir e se apropriar das alterações sugeridas, tanto pelo Comitê como recomendadas pelo MP. O Conselheiro Raul Cunha ratificou que a decisão de votar ou não é do Conselho e não individualmente de um ou outro Conselheiro. O Conselheiro Delcio Moretti comentou sobre o posicionamento hostil da Conselheira Maria Luiza Pont nas últimas assembleias. A Conselheira Viviane Clavijo esclareceu que a colocação da Conselheira Candice Gullo foi simplesmente por não ter sido questionado aos Conselheiros se encaminhariam o Estatuto para votação nesta reunião ou não, pois ratificou que essa é uma decisão que cabe ao Conselho e não ao Comitê de Governança. Salientou que afirmar que não está sendo oportunizada ao Conselho um momento de discussão prévia é, no mínimo, uma falta de consideração com todo o trabalho realizado pelos membros do Comitê e demais envolvidos neste processo de reforma estatutária. O Psicólogo Institucional, atuando como mediador, sugeriu que o grupo siga o processo de inscrições via chat para melhor organização dos tempos de fala, que as discussões sejam mantidas numa linguagem propositiva e no plano do coletivo. Salientou que o grupo tem algo bem pragmático agora que é decidir sobre o processo de reunião e que em função do adiantado da hora e do cansaço sugere que o grupo estabeleça uma proposta de encaminhamento da pauta para os minutos finais da reunião, principalmente tendo respeito pelas profissionais que vieram neste fórum apresentar a síntese de um ano de trabalho e essa é uma consideração bastante importante de ser colocada. A Conselheira Fernanda Lanes comentou sua contrariedade ao posicionamento de um grupo de Conselheiros que se opõem quando há uma fala dissonante de um dos membros do Conselho, em especial, neste caso a fala da Conselheira Maria Luiza Pont. Disse que a mesma possui um conhecimento bem aprofundado das questões abordadas e discutidas no Conselho e do funcionamento da Escola. Considerou muito desagradável essa mesma situação na última reunião e que está se repetindo nesta também. Disse que esperava ouvir o Pedagógico e aproveitar a presença da Diretoria Pedagógica e da Equipe Técnica para poder dialogar sobre a questão dos formandos e forma de formatura. Salientou que esse formato de reuniões virtuais via ZOOM está esgotado e é impositivo, tanto nas reuniões do Conselho quanto nas de pais. A Diretora Pedagógica lastimou que pela segunda vez não foi viável desenvolver a pauta do Pedagógico na reunião do Conselho. Salientou que foram convidadas as integrantes da equipe técnica e o professor de música, representante do corpo docente, para apresentar as atividades realizadas ao longo de 2020 e as projetadas para 2021, bem como para realizar um diálogo ampliado com esse Conselho. Agradeceu ao professor Matheus e a equipe técnica que estiveram presentes e propôs que seja agendado um outro momento para estabelecer esse diálogo ampliado com o Conselho, pois hoje ficou inviável a apresentação desse belo e qualificado trabalho realizado pelo Pedagógico. Na sequência, houve um acirrado debate entre os conselheiros que colocaram seus pontos de vista, suas percepções sobre alguns processos do Conselho e que foram sendo esclarecidos na medida que foram surgindo. O Psicólogo Institucional, a partir de algumas das falas dos Conselheiros, considerou que todos integrantes desse grupo, cada um de sua maneira, estão procurando acertar nessa comunicação e é normal que em alguns momentos as discussões passem por alguns tensionamentos e acomodações. Destacou que falar sobre o enquadre de trabalho é um exercício muito importante neste momento. A Diretora de Comunicação salientou que o grupo está no exercício de organização deste espaço coletivo de discussão e, por isso, hoje, a proposta da Diretoria Executiva foi de organizar melhor o tempo de fala (legitimado pelo Regimento) e as inscrições através do chat e, ainda, de acrescentar a mediação do Psicólogo Institucional. A Conselheira Eunice Kindel concorda com o Cristiano que o grupo poderá ter vários momentos de discussões mais tensas e isso não significa que estão piores por serem no ambiente virtual, pois quem vem acompanhando o Conselho a mais tempo já vivenciou vários embates também em reuniões presenciais. Salientou que é difícil lidar com divergências em momentos de decisões, mas o pensamento coletivo desse grupo deve buscar sempre pelos mesmos objetivos - uma escola comunitária e mais humana. Salientou que o Pedagógico entendeu que não seria possível dar sequência na apresentação aos Conselheiros desse belo trabalho de reconstrução e reinvenção da Escola, realizado durante o ano de 2020, nesse momento mais delicado. Destacou que cada pai e mãe terá a oportunidade de ver esse trabalho em momentos específicos com o Pedagógico, talvez não com a riqueza de detalhes que seria apresentado, hoje, a este Conselho, mas ratificou que todos sabem e reconhecem o intenso, qualificado e cuidadoso trabalho realizado por essa maravilhosa equipe técnica e diretiva e que terão nova oportunidade de, em um momento mais leve e adequado, apresentar ao Conselho. A Diretora Pedagógica mencionou que foi compreendida a preocupação da Conselheira Candice Gullo quando destacou que a pauta “Comitê de Governança – Estatuto Social – votação da reforma estatutária” não foi encerrada completamente pelo Conselho e que necessitava de um fechamento antes de dar continuidade ao próximo tópico da pauta. Acredita que seja necessário retomar a forma e a dinâmica dos encontros. A Conselheira Viviane Clavijo considerou que seria necessário colocar em ordem as questões que estavam sendo colocadas, esclareceu que o fato de a assembleia ter caráter democrático não significa que se possa falar, repetir e tornar a repetir uma posição, pois cada um dos presentes tem espaço de fala para colocar e defender o próprio posicionamento ou do grupo que representa sobre alguma temática perante o Conselho e após os temas são apreciados e votados. Salientou que é o que acontece sempre e que não viu até hoje uma situação de imposição para que o Conselho decida sobre alguma pauta, pois ele é deliberante e soberano. Inclusive, enfatizou que as atribuições da Diretoria Executiva são submetidas ao Conselho Deliberante, salvo exceções. Comentou que ouvir a opinião das minorias faz parte da democracia, mas ratificou que a democracia não autoriza o desrespeito e acredita que isso está sendo confundido o que leva a um desserviço à Escola, pois além de democráticos os espaços de fala têm por objetivo dar andamento as atividades e não ficar discutindo indefinidamente pontos importantes para Escola. No caso do Estatuto, que vem sendo discutido há anos no Conselho, porém há uma barreira externa que não temos controle, que é a liberação da minuta pela Procuradoria de Fundações do MP. Não se sabe, ainda, se a proposta de reforma estatutária que está em apreciação do MP vai voltar aprovada ou se terá novas considerações a adequar. Esclareceu que a tendência é que a minuta retorne com pouca ou nenhuma alteração, mas precisamos dessa validação/aprovação do Estatuto para implementação de pontos importantes como a participação efetiva dos profissionais e estudantes no Conselho Deliberante, pois isso faz toda a diferença para esta Comunidade Escolar comunitária. Neste caso, quando foi destacado que não houve fechamento da pauta anterior, se quer dizer que o Conselho não deliberou, após apresentação do Comitê de Governança, se estaria pronto ou não para encaminhar à votação a proposta de Reforma Estatutária nesta assembleia. Reafirma que o material foi encaminhado para prévia análise do Conselho Deliberante, com prazo maior que o estatutário e recheado de destaques e acompanhado de uma carta à comunidade resumindo/justificando todas as alterações propostas. O Comitê de Governança ficou à disposição ao longo da semana para esclarecimentos e até a reunião do grupo, hoje à tarde, não recebeu demanda alguma. É necessário que fique claro o que são espaços democráticos e espaços de fala com o ser minoria em um debate, para evitarmos problemas de mal entendidos como esse em futuras discussões e deliberações do Conselho. A Conselheira Mirelle Barcos enfatizou que deveria ser respeitado o espaço de apresentação da Equipe Técnica e Diretiva Pedagógica que estava previsto em pauta. A Presidente informou que, em função do adiantado da hora, estava fazendo essa combinação com a Diretoria Pedagógica e não foi possível dado as discussões terem avançado a pauta. A Conselheira Maria Luiza Pont reivindicou seu espaço de fala. O Psicólogo Institucional propôs que seja feito um enquadre da reunião e uma retomada do ponto de pauta, evitando discussões pessoalizadas que não são o foco desta assembleia e que inviabilizem a continuidade da assembleia. Caso contrário, sugeriu que seja encerrada a reunião e agendada uma nova data para dar sequência as deliberações do Conselho de forma mais propositiva. É um adendo importante para que a reunião continue dentro de uma civilidade e que se consiga fazer as escutas necessárias dos participantes. O Conselheiro Rafael Spieker que estava fazendo o controle dos tempos de fala informou que a Equipe Técnica se retirou da reunião, portanto poderá ser dada sequência no debate. A Conselheira Maria Luiza Pont enfatizou a importância de que o Conselho possa participar das discussões sobre as alterações advindas do MP, questionando e esclarecendo mais profundamente as dúvidas em encontros destinados exclusivamente para este fim, como foi feito em outros momentos antes de encaminhar para aprovação no Conselho. Com relação ao questionamento do Conselheiro Delcio Moretti, respondeu que sua saída da Diretoria Executiva foi por não concordar com a forma que estão sendo discutidos alguns processos, procedimentos, premissas, modo de trabalhar e de conduzir as questões, por isso tem opiniões divergentes em certos momentos. Salientou que não é o momento para essa discussão hoje aqui, mas que fica à disposição de qualquer Conselheiro para conversar e esclarecer sobre os motivos de seu posicionamento. Ratifica que não tem problemas pessoais com qualquer membro da atual gestão da Diretoria Executiva. Comentou que diferente de muitos dos Conselheiros presentes já atua no Conselho há 9 anos e sempre em defesa do Colégio. Citou o exemplo do Programa de Desconto Solidário que na sua opinião deveria ter sido mais discutido com todo o Conselho antes de sua implementação. O assunto foi discutido previamente em pequenos grupos e chegou no Conselho com proposta praticamente fechada para deliberação. Foi mencionada a necessidade de um debate mais aprofundado, pois haviam dúvidas ainda por parte de alguns Conselheiros, mas mesmo assim a proposta foi encaminhada para votação. Enfatizou que não concorda com essa falta de espaço para debate e esclarecimentos de dúvidas. Deixou registrado que suas falas são sempre em defesa do Colégio, mesmo por vezes indo de encontro a opinião da maioria. Concorda, também, com a Conselheira Fernanda Lanes sobre a dificuldade da condução dos debates nas reuniões na plataforma ZOOM. A Conselheira Ana Laura Gionco falou estar consternada, triste, decepcionada e enfatizou que a equipe Pedagógica não merece esse desfecho desrespeitoso ao trabalho que foi realizado neste ano atípico. Destacou que o Conselho Deliberante não decide por consenso e deixa claro que num grupo do tamanho e do perfil do Conselho dificilmente se conseguirá esgotar um assunto até que chegue a um consenso total, isso é praticamente impossível em função de prazos e de estarmos tratando de questões que envolvem alunos, famílias e profissionais desta comunidade escolar. O Conselho é democrático e delibera através de votação conforme definição estatutária. Elogiou o trabalho da Conselheira Maria Luiza Pont que trabalha em várias frentes da Escola e é super engajada e dedicada ao Colégio. A Conselheira Candice Gullo primeiramente pediu desculpas a todos e, principalmente, à Equipe Pedagógica pelo mal entendido criado e esclareceu o motivo pelo qual chamou atenção para fechamento da pauta antes da apresentação do Pedagógico. A Conselheira Candice Gullo esclareceu que sua intenção foi exclusivamente de ouvir a decisão do Conselho se votaria ou não na reforma estatutária, pois havia recebido o material com antecedência maior que a estabelecida para apreciação, juntamente com uma carta justificando as alterações propostas pelo Comitê de Governança e pelo Ministério Público. A intenção era decidir com o Conselho se as alterações parciais seriam votadas na reunião de hoje ou não e isso cabe ao Conselho decidir. A Presidente acatou as considerações dos membros do Comitê de Governança e de parte dos Conselheiros que propuseram aguardar pelo retorno do MP e, posteriormente, encaminhar a Reforma Estatutária para apreciação prévia e aprovação do Conselho, em nova data. Por fim, passou a palavra ao Mediador Cristiano que fechou a reunião comentando sobre a importância desse momento de aprimoramento das conduções dos trabalhos e de repensar as relações pessoais tão importantes nesse fórum de gestão. Nada mais a tratar, a Presidente agradeceu pela presença de todos e encerrou a reunião.

**Aline Carraro Portanova Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação